

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	13
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	17
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	18
2.5 Medições não contábeis	19
2.6 Eventos subsequentes as DFs	21
2.7 Destinação de resultados	22
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	23
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	24
2.10 Planos de negócios	25
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	27
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	28
5.2 Descrição dos controles internos	32
5.3 Programa de integridade	38
5.4 Alterações significativas	41
5.5 Outras informações relevantes	42

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os diretores da Companhia apresentam, nesta Seção 2 do Formulário de Referência, informações que visam a permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação da Companhia pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada, principalmente, pela relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem conservadores e satisfatórios, conforme verifica-se na tabela abaixo:

R\$ milhões	31/12/2023	31/12/2022
Dívida (a)	5.428,0	4.973,0
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (b)	(162,2)	(155,0)
Dívida Líquida (c)	5.266,0	4.818,1
Patrimônio Líquido (d)	3.761,1	3.099,2
Índice de Endividamento Líquido	1,40	1,55

(a) Total de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas; (b) Consideram as aplicações financeiras no mercado aberto; (c) A dívida líquida considera caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras; e (d) O patrimônio líquido atribuível aos controladores inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

O total de empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures, bem como as disponibilidades financeiras são conciliados abaixo:

Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	31/12/2023	31/12/2022
A) Curto Prazo	1.256,3	1.128,9
Encargos de dívida	26,8	54,1
Empréstimos e financiamentos	771,8	883,4
Debêntures	457,7	191,4
B) Longo Prazo	3.716,7	3.421,9
Empréstimos e financiamentos	2.137,6	1.703,4
Debêntures	1.579,1	1.718,5
= Total de empréstimos, financiam. e debêntures	4.973,0	4.550,8

Abaixo, a Companhia apresenta seus indicadores de liquidez, que refletem a saúde financeira da Companhia e sua capacidade de honrar compromissos no curto prazo e médio prazo.

Indicadores de Endividamento e Liquidez	31/12/2023	31/12/2022
Índice de Endividamento Geral (Passivo Total / Ativo total)	71,09%	73,75%
Composição do Endividamento (Passivo Circulante/Passivo Total)	32,59%	31,30%
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	1,20	1,11
Liquidez Seca (Ativo Circulante - Estoque)/Passivo Circulante)	1,19	1,10

A Diretoria entende que os indicadores apresentados pela Companhia são compatíveis com o setor em que está inserida e que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(b) estrutura de capital

A Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem conservadores e satisfatórios.

A seguir, apresenta-se a oscilação dos indicadores Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) e Patrimônio Líquido / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido), onde (Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos + Debêntures - Disponibilidades), apurados da seguinte forma:

Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	31/12/2023	31/12/2022
Dívida Líquida (a)	5.266,0	4.818,1
Patrimônio Líquido	3.761,1	3.099,2
Dívida líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)	58,3%	60,9%

(a) Total de empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures, circulante e não circulante, deduzido do caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras circulante e não circulante.

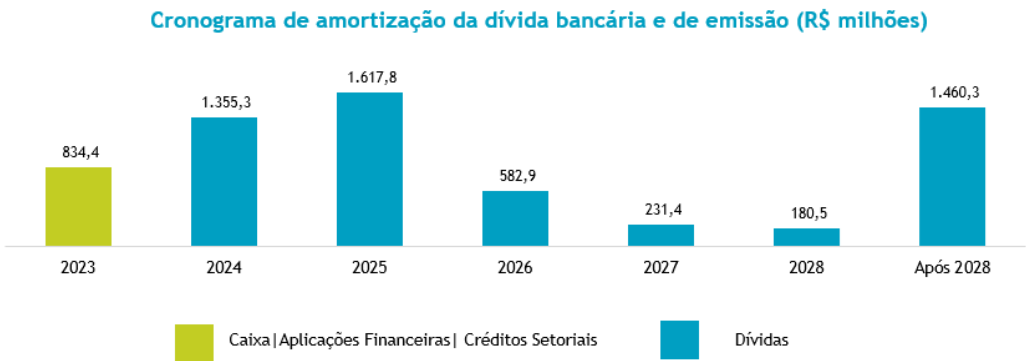
O setor de energia elétrica requer uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e recentemente realizou acesso ao mercado de capitais, o que explica a evolução da estrutura de capital da Companhia, que agora detém maior participação de capital próprio. Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo e à condução de suas operações.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais em dezembro, totalizou R\$ 834,4 milhões, frente aos R\$ 603,3 milhões registrados em setembro de 2023. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)(1), que apresentaram montantes negativos de R\$ 153,3 milhões em dezembro, contra R\$ 148,5 milhões em setembro de 2023.

Em 31 de dezembro, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 4.545,7 milhões, contra R\$ 4.754,1 milhões em 30 de setembro de 2023 e o indicador dívida líquida / EBITDA ajustado foi reduzido para 1,8x.

Os Diretores da Companhia entendem que a dívida total está escalonada ao longo dos anos, refletindo o esforço empreendido pela Companhia no alongamento do perfil da sua dívida, conforme gráfico abaixo:



Ao final de dezembro de 2023, o prazo médio da dívida bruta ficou em 3,2 anos e o custo médio da dívida bruta encerrou o período em 12,44% (104,79% do CDI).

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas

A Companhia possui acesso aos mecanismos de financiamento do mercado de capitais tais como debêntures, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), notas promissórias e emissões no mercado externo. Para mais informações, vide o item (f) deste item 2.1.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia esclarece que busca financiamentos que aperfeiçoem o seu perfil de endividamento, como financiamentos por meio da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, debêntures, notas comerciais, cédulas de créditos bancários e *bonds* no mercado externo. Alternativamente, também pode optar por se financiar mediante o aumento de seu capital social, mediante subscrição pública ou particular de ações de sua emissão.

Adicionalmente, a Companhia tem linhas de financiamentos pré-aprovadas e não utilizadas com bancos de primeira linha caso haja necessidade de algum capital de giro.

A contratação de qualquer endividamento deverá observar:

- Aderência ao orçamento aprovado;
- Regimento interno da Diretoria, que estabelece a competência dos executivos da Companhia para a contratação das operações;
- Aprovações específicas do Conselho de Administração;
- Prazo médio mínimo perseguido ("*duration*");
- Limite de concentração em credores;
- Buscar alavancagem máxima junto aos bancos de fomento e financiadores do mercado nacional, como Eletrobrás e BNDES, visando um melhor custo médio do capital de terceiros e um *duration* adequado às empresas que operam com infraestrutura de energia elétrica;
- Privilegiar operações sem garantias ("*clean*"), evitando principalmente a concessão de recebíveis em garantia;
- Garantias pessoais de executivos ou acionistas não deverão ser praticadas, visando a independência operacional e financeira das empresas;
- Instrumentos de acesso ao mercado financeiro nacional (debêntures, *commercial papers*, FIDCs) deverão ser perseguidos, visando manter a presença da Companhia no mercado financeiro local. Deverão ser preservadas as estruturas de sucesso já desenvolvidas, como o FIDC Energisa, com prazos e custos cada vez mais atraentes;
- Adequação da estrutura de capital das unidades de negócio, de forma a aproximá-las da alavancagem regulatória;
- Limitação de exposição a moedas estrangeiras a 25% do montante total da dívida onerosa;e
- A Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro ("PGRM" ou "Política") do Grupo Energisa que passa por atualização periodicamente e se encontra em sua 12ª versão, aprovada pelo Conselho de Administração em maio de 2022.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os quadros a seguir demonstram as dívidas consolidadas circulante e não circulante da Companhia e as disponibilidades financeiras (caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras circulante e não circulante) no último exercício:

Total de empréstimos, financiamentos e debêntures Valores em R\$ milhões	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	1.422,7	1.438,6
Empréstimos e financiamentos	767,0	771,8
Debêntures	550,5	457,7
Encargos de dívida	37,8	26,8
Parcelamento de Impostos e Benefícios pós emprego	5,2	13,6
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	62,2	168,7
Não Circulante	3.957,4	3.562,4
Empréstimos e financiamentos	2.717,9	2.137,6

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Total de empréstimos, financiamentos e debêntures Valores em R\$ milhões	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	1.354,9	1.579,1
Parcelamento de Impostos e Benefícios pós emprego	23,7	92,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(139,1)	(264,4)
Total das dívidas	5.380,1	5.001,0
(-) Disponibilidades financeiras	987,7	772,5
Total das dívidas líquidas	4.392,4	4.228,5
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	59,0	91,6
(-) Créditos CCC	77,0	84,0
(-) Créditos CVA	(289,3)	(97,4)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	4.545,7	4.150,4
Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses	1,8	1,8

A Diretoria da Companhia entende que o custo médio da dívida e *duration* da Companhia se encontra em níveis adequados ao longo dos anos.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
--	----------------	----------	------------------------	--------------------	---------------------------------------------------	--------------------	----------------------------	----------------

--	--	--	--	--	--	--	--	--

Mensuradas ao custo amortizado								
Moeda Nacional								
Pós Fixado								
INPC	13.967	265	(1.763)	(724)	1.321	-	-	13.066
IPCA	333.458	-	(28.472)	(15.518)	30.924	-	-	320.392
CDI	455.770	500.000	(90.050)	(89.778)	85.072	-	-	861.014
TR	354.193	-	-	(30.409)	29.758	-	-	353.542
(-) Custo com captação	(1.091)	-	-	-	955	(2.924)	-	(3.060)
Total ao custo amortizado	1.156.297	500.265	(120.285)	(136.429)	148.030	(2.924)	-	1.544.954
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	1.657.681	930.000	(621.965)	(83.248)	(39.670)	-	-	1.842.798
Euro	138.858	-	-	(2.383)	(3.048)	-	-	133.427
Marcação a mercado	(16.628)	-	-	-	-	-	18.080	1.452
Total ao valor justo	1.779.911	930.000	(621.965)	(85.631)	(42.718)	-	18.080	1.977.677
Total	2.936.208	1.430.265	(742.250)	(222.060)	105.312	(2.924)	18.080	3.522.631
Circulante	798.604							804.764
Não circulante	2.137.604							2.717.867

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
--	----------------	----------	------------------------	--------------------	---------------------------------------------------	----------------------------	----------------

--	--	--	--	--	--	--	--

Mensuradas ao custo amortizado							
Moeda Nacional							
Pós Fixado							
INPC	8.968	8.751	(4.493)	(593)	1.334	-	13.967
IPCA	333.863	-	(20.736)	(16.088)	36.419	-	333.458
CDI	958.579	-	(462.988)	(112.363)	72.542	-	455.770
TR	353.756	-	-	(29.008)	29.445	-	354.193
(-) Custo com captação	(1.417)	-	-	-	326	-	(1.091)
Total ao custo amortizado	1.653.749	8.751	(488.217)	(158.052)	140.066	-	1.156.297
Mensurados ao valor justo							
Moeda Estrangeira							

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Dólar	918.584	1.108.243	(331.920)	(26.101)	(11.125)	-	1.657.681
Euro	67.509	150.000	(58.653)	(2.205)	(17.793)	-	138.858
(-) Custo com captação	(109)	-	-	-	109	-	-
Marcação a mercado	1.071	-	-	-		(17.699)	(16.628)
Total ao valor justo	987.055	1.258.243	(390.573)	(28.306)	(28.809)	(17.699)	1.779.911
Total	2.640.804	1.266.994	(878.790)	(186.358)	111.257	(17.699)	2.936.208
Circulante	937.410						798.604
Não circulante	1.703.394						2.137.604

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.) ⁽¹⁾	Taxa efetiva de swap (% a.a.) ⁽²⁾	Garantias ⁽³⁾	Covenants ⁽⁴⁾
	2023	2022								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	353.542	354.193	TR + 7.00%	-	out/34	A partir de nov/29 a.m.	9,39%	-	R	NA
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Série	360.251	389.032	CDI + 0.70%	-	abr/31	A partir de mai/21 a.m.	13,85%	-	R	NA
Santander FRN 4133870 ¹	-	66.738	CDI + 0.95%	-	fev/23	A partir de fev/22 semestral	14,10%	-	A	NA
BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A	111.084	133.595	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00%	-	out/27	A partir de abr/22 a.m.	9,45%	-	A + R	2
BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B	209.308	199.863	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00%	CDI + 0,02%	dez/34	A partir de nov/27 a.m.	9,45%	13,17%	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	11.690	12.260	INPC + 5.46%	-	out/29	A partir de jan/21 a.m.	9,17%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Risco	-	62	INPC + 5.45%	-	dez/31	A partir de jan/21 a.m.	8,36%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Cemat BD I	-	185	INPC + 5.47%	-	nov/33	A partir de jan/21 a.m.	8,38%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Risco	1.376	1.381	INPC + 5.17%	-	fev/38	A partir de abr/22 a.m.	3,71%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Cemat BD I	-	79	INPC + 5.01%	-	fev/35	A partir de abr/22 a.m.	7,92%	-	A	NA
EMT X 1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA ⁽⁴⁾	500.763	-	CDI + 1,80%	-	jun/25	Final	14,95%	-	A	2
(-) Custo com captação	(3.060)	(1.091)								
Total em Moeda Nacional	1.544.954	1.156.297								
Resolução 4131-Bank of America ML ⁽⁵⁾	133.427	138.858	EURO + 1.48%	CDI + 1,60%	fev/25	Final	-2,43%	14,75%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 11062021 ⁽⁵⁾	113.500	122.334	USD + 1.21%	CDI + 1,65%	jun/24	Final	-6,00%	14,80%	A	2
J P MORGAN Loan ⁽⁵⁾	286.265	308.579	USD + 3.04%	CDI + 1,55%	mar/25	Final	-4,17%	14,70%	A	2
Citibank Loan 56416 ⁽⁵⁾	-	61.001	LIBOR + 0.60%	CDI + 0,65%	fev/23	Final	-1,06%	13,80%	A	2
Citibank Loan 60976 ⁽⁵⁾	101.819	109.092	SOFR + 1.00%	CDI + 1,40%	mar/24	Final	-0,66%	14,55%	A	2
Santander Loan ccb1044407 ⁽⁵⁾	-	92.549	USD + 2.68%	CDI + 1,60%	fev/23	Final	-4,53%	14,75%	A	2
Merryl Lynch Loan 12062020 ⁽⁴⁾	-	240.352	USD + 1.70%	CDI + 1,50%	set/23	Final	-5,51%	14,65%	A	2

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Operação	Total		Encargos Financeiros (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.) ⁽¹⁾	Taxa efetiva de swap (% a.a.) ⁽²⁾	Garantias ⁽³⁾	Covenants ⁽⁴⁾
	2023	2022								
Merryl Lynch Loan 12062020 ⁽⁵⁾	-	105.020	LIBOR + 1,18%	CDI + 1,63%	ago/23	Final	-0,48%	14,78%	A	2
Scotiabank Loan 13102022 ⁽⁵⁾	241.016	259.843	USD + 5,25%	CDI + 1,40%	out/25	Final	-1,96%	14,55%	A	2
JP Morgan 10112022 ⁽⁵⁾	-	157.843	USD + 6,41%	CDI + 1,30%	nov/23	Final	-0,80%	14,45%	A	2
Merryl Lynch Loan 01122022 ⁽⁵⁾	186.563	201.068	USD + 5,67%	CDI + 1,45%	dez/24	Final	-1,54%	14,60%	A	2
Citibank Loan 62778 ⁽⁵⁾	293.478	-	SOFR +0,80%	CDI + 1,50%	jan/26	Final	-0,86%	14,65%	A	2
Scotiabank Loan 09032023 ⁽⁵⁾	218.469	-	USD + 5,36%	CDI + 1,57%	mar/26	Final	-1,85%	14,72%	A	2
Merryl Lynch Loan 24032023 ⁽⁵⁾	27.525	-	USD + 5,03%	CDI + 1,55%	mar/25	Final	-2,18%	14,75%	A	2
Safra Loan 157495 ⁽⁵⁾	15.404	-	USD + 6,42%	CDI + 1,60%	fev/24	Final	-0,79%	14,75%	A	2
Safra Loan 157497 ⁽⁵⁾	13.030	-	USD + 6,42%	CDI + 1,60%	ago/24	Final	-0,79%	14,75%	A	2
Safra Loan 157522 ⁽⁵⁾	11.535	-	USD + 6,42%	CDI + 1,60%	fev/25	Final	-0,79%	14,75%	A	2
Safra Loan 157523 ⁽⁵⁾	214.812	-	USD + 6,42%	CDI + 1,60%	ago/25	Final	-0,79%	14,75%	A	2
BAML LOAN 17112023 ⁽⁵⁾	119.382	-	USD + 5,95%	CDI + 1,53%	nov/25	Final	-1,26%	14,68%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁶⁾	1.452	(16.628)								
Total em Moeda Estrangeira	1.977.677	1.779.911								
Total	3.522.631	2.936.208								

⁽¹⁾ As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2023. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 32;

⁽²⁾ As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2023 demonstrados na nota explicativa nº 32.

⁽³⁾ A = Aval Energisa S.A., R= Recebíveis.

⁽⁴⁾ Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora final Energisa S/A, sendo os principais listados a seguir:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado ^(*)	⁽²⁾ Menor ou igual a: 4,25 até o vencimento	Trimestral e Anual

^(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.
O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32). Em 31 de dezembro de 2023, as exigências contratuais foram cumpridas;

⁽⁵⁾ Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 32); e

⁽⁶⁾ Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* de valor justo ou pela designação como “*Fair Value Option*” (vide nota explicativa nº 32).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Garantias

Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$42.874 (R\$41.847 em 2022), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2023	2022
US\$ x R\$	-7,21%	-6,50%
CDI	13,15%	12,39%
IPCA	4,62%	5,78%
LIBOR	5,55%	2,40%
TR	2,39%	1,63%
Euro	-3,91%	-11,89%
INPC	3,71%	5,93%
Sofr	5,55	0,00%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2023
2025	1.318.792
2026	585.789
2027	81.737
2028	81.774
Após 2028	649.775

Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado – pós fixado								
CDI	689.768	-	(257.118)	(89.177)	74.007	-	-	417.480
IPCA	1.408.457	150.000	(168.654)	(77.603)	139.620	-	-	1.451.820
(-) Custo com captação	(24.132)	-	-	-	4.967	(4.638)	-	(23.803)
Marcação a mercado	(37.263)	-	-	-	-	-	97.201	59.938
Total ao custo amortizado	2.036.830	150.000	(425.772)	(166.780)	218.594	(4.638)	97.201	1.905.435
Circulante	457.714							550.517
Não circulante	1.579.116							1.354.918

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado – pós fixado								
CDI	721.783	-	(42.945)	(84.548)	95.478	-	-	689.768
IPCA	1.200.783	260.000	(122.496)	(71.565)	141.735	-	-	1.408.457
(-) Custo com captação	(22.281)	-	-	-	5.196	(7.047)	-	(24.132)
Marcação a mercado	9.614	-	-	-	-	-	(46.877)	(37.263)
Total ao custo amortizado	1.909.899	260.000	(165.441)	(156.113)	242.409	(7.047)	(46.877)	2.036.830
Circulante	191.410							457.714
Não circulante	1.718.489							1.579.116

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Taxa efetiva de Swap (% a.a.) ⁽¹⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenants ⁽³⁾
	2023	2022										
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	105.646	101.015	15/06/2017	73494 / 73494	IPCA + 5.66%	102,65% CDI	jun/24	Final	10,28%	13,50%	SG	NA
Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	2.746	2.625	15/10/2017	1965 / 1965	IPCA + 4.71%	101,60% CDI	out/24	Final	9,33%	13,36%	SG	NA
Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	5.114	4.890	15/10/2017	3657 / 3657	IPCA + 5.11%	103,50% CDI	out/27	Final	9,73%	13,61%	SG	NA
Debêntures 9ª Emissão	345.233	495.207	15/09/2018	385000 / 385000	IPCA + 5.08%	103,70% CDI	set/25	Anual a partir de set/23	9,70%	13,64%	A	1
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	118.220	118.386	10/06/2019	117500 / 117500	CDI + 0.73%	-	jun/24	Final	13,88%	-	A	1
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	32.705	32.751	10/06/2019	32500 / 32500	CDI + 1.05%	-	jun/29	Anual a partir de jun/27	14,20%	-	A	1
Debêntures 11ª Emissão	-	136.912	15/02/2020	130000 / 130000	CDI + 0.95%	-	fev/23	Final	14,10%	-	A	1
Debêntures 12ª Emissão	266.555	401.719	25/08/2020	381354 / 381354	CDI + 2.30%	-	ago/25	Anual a partir de ago/23	15,45%	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	75.564	72.247	15/10/2020	60100 / 60100	IPCA + 4.23%	CDI + 0,835%	out/27	Final	8,85%	13,99%	A	2
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	87.928	84.069	15/10/2020	69900 / 69900	IPCA + 4.47%	CDI + 1,78%	out/30	Anual a partir de out/28	9,09%	14,93%	A	2
Debêntures 14ª Emissão	399.410	381.905	15/10/2021	350000 / 350000	IPCA + 6.09%	CDI + 0,705%	out/31	Anual a partir de out/29	10,71%	13,86%	A	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	176.257	168.533	15/04/2022	164.437 / 164.437	IPCA + 6.16%	CDI + 0,717%	abr/29	Anual a partir de abr/27	10,78%	13,87%	A	2
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	102.456	97.966	15/04/2022	95.563 / 95.563	IPCA + 6.28%	CDI + 0,880%	abr/32	Anual a partir de abr/30	10,90%	14,03%	A	2
Debêntures 16ª Emissão 1ª Série	20.873	-	13/09/2023	20.677 / 20.677	IPCA + 6.17%	-	set/30	Anual a partir de abr/30	10,79%	-	SG	NA
Debêntures 16ª Emissão 2ª Série	130.593	-	13/09/2023	129.323 / 129.323	IPCA + 6.45%	-	set/33	Anual a partir de abr/30	11,07%	-	SG	NA
(-) Custo com captação	(23.803)	(24.132)										
Marcação à Mercado de Dívida	59.938	(37.263)										
Total	1.905.435	2.036.830										

(1) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2023 demonstrados na nota explicativa nº 32.

(2) A = Aval Energisa S.A., SG = Sem garantia.

(3) Condições de covenants.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
	(1) Menor ou igual a:	
Dívida líquida / EBITDA Ajustado ^(*)	4,0x até o vencimento, para emissões até março de 2020	Trimestral e Anual
	(2) Menor ou igual a:	
	4,25x até o vencimento, para demais emissões	

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32). Em 31 de dezembro de 2023 as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2023, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2023
2025	298.997
2027	149.653
2028	98.704
Após 2028	807.564
Total	1.354.918

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2023 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpria com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os covenants financeiros descritos no item (i) acima nos termos repactuados.

(g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2023, não existia valor contratado ainda não liberado para a Companhia.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ANÁLISE COMPARATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(em R\$ [mil], exceto %)	31/12/2023	AV%	31/12/2022	AV%	AH%
Receita operacional líquida	7.565.255	+ 100,0	7.131.856	+ 100,0	+ 6,1
Custo do serviço de energia elétrica	(3.189.176)	- 42,2	(3.183.967)	- 44,6	+ 0,2
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	(1.793.266)	- 23,7	(1.705.489)	- 23,9	+ 5,1
Lucro bruto	2.582.813	+ 34,1	2.242.400	+ 31,4	+ 15,2
Despesas gerais e administrativas	(347.335)	- 4,6	(319.396)	- 4,5	+ 8,7
Outras receitas	10.858	+ 0,1	14.930	+ 0,2	- 27,3
Outras despesas	(86.238)	- 1,1	(59.462)	- 0,8	+ 45,0
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	2.160.098	+ 28,6	1.878.472	+ 26,3	+ 15,0
Receitas financeiras	328.529	+ 4,3	344.594	+ 4,8	- 4,7
Despesas financeiras	(816.813)	- 10,8	(822.089)	- 11,5	- 0,6
Despesas financeiras líquidas	(488.284)	- 6,5	(477.495)	- 6,7	+ 2,3
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.671.814	+ 22,1	1.400.977	+ 19,6	+ 19,3
Imposto de renda e contribuição social corrente	(169.811)	- 2,2	(196.607)	- 2,8	- 13,6
Imposto de renda e contribuição social diferido	(122.959)	- 1,6	(13.666)	- 0,2	+ 799,7
Lucro líquido do exercício	1.379.044	+ 18,2	1.190.704	+ 16,7	+ 15,8

Receita operacional líquida

A Receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 7.565 milhões ou 100%, comparativamente a R\$ 7.132 milhões ou 100% em 31 de dezembro de 2022, o que representou uma variação de 6,1 % maior. A Diretoria entende que esse aumento deve-se, principalmente, ao crescimento do mercado em 5,9% percebido no período.

Custo do serviço de energia elétrica

O custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 3.189 milhões em 2023, contra R\$ 3.184 milhões em 2022, o que representou uma variação de 0,2% maior. A Diretoria da Companhia entende que essa rubrica manteve-se em linha.

Custo de operações e dos serviços prestados a terceiros

Os custos com operação e serviços prestados a terceiros aumentou 5,1%, passando de R\$ 1.705 milhões em 2022 para R\$ 1.793 milhões em 2023. A Diretoria da Companhia entende que essa variação deve-se, principalmente, a implantação de serviços voltados para a melhoria da qualidade da Cia.

Lucro bruto

O resultado bruto consolidado em 2023 mostrou-se 15,2% maior atingindo R\$ 2.583 milhões, contra R\$ 2.242 milhões em 2022. A Diretoria da Companhia entende que esse aumento deve-se, principalmente, à maior receita em relação aos custos operacionais.

Resultado financeiro (receitas menos despesas financeiras)

O resultado financeiro em 2023 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 488 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 477 milhões em 2022, o que representou uma variação de 2,3%. A Diretoria da Companhia entende que o resultado deve-se, principalmente, ao nível de endividamento assumido pela Cia.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 347 milhões ou -4,6% comparativamente a R\$ 319 milhões ou -4,5% em 31 de dezembro de 2022, o que representou uma variação de 8,7% maior. A Diretoria da Companhia entende que o resultado deve-se, principalmente, aos serviços e despesas operacionais voltados para o atendimento aos níveis de qualidade buscado pela Companhia.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 1.672 milhões ou 22,1%, comparativamente a R\$ 1.401 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no exercício social em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ -293 milhões ou 22,1%, comparativamente a R\$ -210 milhões em 31 de dezembro de 2022.

Lucro líquido do exercício

O lucro atingiu R\$ 1.379 milhões ou 18,2%, comparativamente a R\$ 1.191 milhões em 31 de dezembro de 2022. O que representou uma variação de 15,8% maior. A Diretoria da Companhia entende que esse aumento deve-se, principalmente, aos fatores já mencionados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ANÁLISE COMPARATIVA DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTE AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

	2023	AV%	2022	AV%	AH%
Atividades operacionais	2.528.776	+ 100,0	2.228.444	+ 100,0	+ 13,5
Lucro líquido do exercício	1.379.044	+ 54,5	1.190.704	+ 53,4	+ 15,8
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	292.770	+ 11,6	210.273	+ 9,4	+ 39,2
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	315.533	+ 12,5	372.340	+ 16,7	- 15,3
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	(313.077)	- 12,4	(240.785)	- 10,8	+ 30,0
Amortização e depreciação	278.527	+ 11,0	242.077	+ 10,9	+ 15,1
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	123.159	+ 4,9	153.513	+ 6,9	- 19,8
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	26.710	+ 1,1	29.300	+ 1,3	- 8,8
Marcação a mercado de dívidas	115.281	+ 4,6	(64.576)	- 2,9	-
Marcação a mercado de derivativos	(121.230)	- 4,8	69.041	+ 3,1	-
Instrumentos financeiros derivativos	359.456	+ 14,2	223.395	+ 10,0	+ 60,9
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	71.748	+ 2,8	41.776	+ 1,9	+ 71,7
Programa de remuneração variável (ILP)	855	+ 0,0	1.386	+ 0,1	- 38,3
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante	(888.672)	+ 100,0	(429.878)	+ 100,0	+ 106,7
(Aumento) de consumidores e concessionárias	(746.091)	+ 84,0	(332.497)	+ 77,3	+ 124,4
(Diminuição) aumento de títulos de créditos a receber	429	+ 0,0	(346)	+ 0,1	-
(Diminuição) aumento de estoques	453	- 0,1	(969)	+ 0,2	-
(Aumento) de tributos a recuperar	(81.630)	+ 9,2	(17.523)	+ 4,1	+ 365,8
Recursos da conta de comercialização de Itaipu	-	+ 0,0	15.882	- 3,7	-
(Diminuição) aumento de cauções e depósitos vinculados	9.070	- 1,0	(2.572)	+ 0,6	-
(Aumento) de outros créditos	(70.903)	+ 8,0	(91.853)	+ 21,4	- 22,8
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante	501.947	+ 100,0	249.489	+ 100,0	+ 101,2
Aumento (diminuição) de fornecedores	91.622	+ 18,3	(194.257)	- 77,9	-
Aumento (diminuição) de obrigações estimadas	3.417	+ 0,7	(1.456)	- 0,6	-
Aumento de impostos e contribuições sociais	790.676	+ 157,5	350.103	+ 140,3	+ 125,8
Pagamento Recuperação de Créditos ICMS - REFIS Estadual	-	+ 0,0	-	+ 0,0	-
(Diminuição) Imposto de renda e contribuição social pagos	(173.463)	- 34,6	(184.650)	- 74,0	- 6,1
Variação dos ativos e passivos financeiros setoriais	(229.489)	- 45,7	333.654	+ 133,7	-
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	(38.101)	- 7,6	(43.169)	- 17,3	- 11,7
Aumento (Diminuição) de outras contas a pagar	57.285	+ 11,4	(10.736)	- 4,3	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.755.326	+ 0,0	1.867.666	+ 0,0	- 6,0
Atividades de investimentos	(873.360)	+ 100,0	(996.854)	+ 100,0	- 12,4
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	(131.017)	+ 15,0	(221.326)	+ 22,2	- 40,8
Aplicações no imobilizado, intangível e ativo contratual - Infraestrutura em construção	(786.262)	+ 90,0	(797.983)	+ 80,1	- 1,5
Alienação de bens do imobilizado e intangível	43.919	- 5,0	22.455	- 2,3	+ 95,6
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos	(873.360)	+ 0,0	(996.854)	+ 0,0	- 12,4
Atividades de financiamento	(1.261.376)	+ 100,0	(973.575)	+ 100,0	+ 29,6
Novos empréstimos e financiamentos	1.572.703	- 124,7	1.519.947	- 156,1	+ 3,5
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	(1.168.022)	+ 92,6	(1.044.231)	+ 107,3	+ 11,9
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - juros	(388.840)	+ 30,8	(342.471)	+ 35,2	+ 13,5
Pagamento pela incorporação de redes	(250.144)	+ 19,8	(246.034)	+ 25,3	+ 1,7
Pagamento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(248.273)	+ 19,7	(83.391)	+ 8,6	+ 197,7
Pagamentos de dividendos	(776.769)	+ 61,6	(774.627)	+ 79,6	+ 0,3
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	(2.031)	+ 0,2	(2.768)	+ 0,3	- 26,6
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	(1.261.376)	+ 0,0	(973.575)	+ 0,0	+ 29,6
Variação líquida do caixa	(379.410)	+ 0,0	(102.763)	+ 0,0	+ 269,2
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	154.900	+ 0,0	77.274	+ 0,0	+ 100,5
Caixa mais equivalentes de caixa finais	162.215	+ 0,0	154.900	+ 0,0	+ 4,7
Variação líquida do caixa	7.315	+ 0,0	77.626	+ 0,0	- 90,6

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O Fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R\$ 2.529 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparativamente a R\$ 2.228 milhões, o que representou uma variação de 13,5%. A Diretoria da Companhia entende que esse aumento deve-se, principalmente, aos resultados operacionais apontados acima.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$ 873 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparativamente a R\$ 997 milhões, o que representou uma variação de -12,4%.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$ 1.261 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparativamente a R\$ 974 milhões, o que representou uma variação de 29,6%.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Resultados operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Em 2023, o consumo de energia elétrica no mercado cativo e livre (10.440,8 GWh) da Companhia apresentou alta de 5,9%, em relação ao ano anterior. O mercado da distribuidora registrou crescimento nas principais classes, com destaque para a residencial (+23,2% ou 211,9 GWh), que puxou metade da alta no 4T. Temperaturas recordes e acima da média foram decisivas. Já as classes industrial (8,0% ou 43,8 GWh) e comercial (+11,0% ou 48,3 GWh) foram direcionadas sobretudo pela cadeia de alimentos. A rubrica outros (+8,3% ou 23,6 GWh) em especial o poder público, foi influenciada pela retomada de atividades presenciais. A classe rural cresceu 32,1% (114,2 GWh), com destaque para produtores de grãos.

Descrição Valores em GWh	Exercício		
	2023	2022	Var. %
Residencial	3.705,0	3.378,4	+ 9,7
Industrial	2.328,0	2.255,3	+ 3,2
Cativo Industrial	513,9	578,7	- 11,2
Livre Industrial	1.814,1	1.676,7	+ 8,2
Comercial	1.833,5	1.792,3	+ 2,3
Cativo Comercial	1.309,1	1.355,0	- 3,4
Livre Comercial	524,4	437,3	+ 19,9
Rural	1.485,8	1.388,4	+ 7,0
Cativo Rural	1.309,0	1.282,0	+ 2,1
Livre Rural	176,8	106,4	+ 66,2
Outros	1.088,4	1.045,4	+ 4,1
Cativo Outros	1.011,0	979,4	+ 3,2
Livre Outros	77,5	65,9	+ 17,5
1 Vendas de energia no mercado cativo	7.847,9	7.573,5	+ 3,6
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	2.592,9	2.286,3	+ 13,4
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	10.440,8	9.859,8	+ 5,9
4 Fornecimento não faturado	101,9	28,0	+ 263,6
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	10.542,7	9.887,8	+ 6,6

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Diretoria da Companhia entende que os resultados operacionais da Companhia são significativamente afetados por mudanças nas tarifas reguladas de energia elétrica já que a maior parte das suas receitas são provenientes das vendas de energia no mercado cativo, sujeitos a estas tarifas. Como resultado, as receitas operacionais da Companhia e suas margens dependem, substancialmente, do processo de fixação de tarifas pela ANEEL e reajustes anuais relacionados.

Em 2023, a Companhia apresentou receita operacional líquida, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 6.625,9 milhões.

A seguir, são apresentadas as receitas operacionais líquidas por segmento:

Receita operacional por segmento (R\$ milhões)	Exercício		
	2023	2022	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	7.959,3	7.030,4	+ 13,2
✓ Residencial	3.819,7	3.273,0	+ 16,7
✓ Industrial	587,1	555,1	+ 5,8
✓ Comercial	1.409,6	1.330,3	+ 6,0
✓ Rural	1.290,2	1.104,7	+ 16,8
✓ Outras classes	852,8	767,3	+ 11,1
(+) Suprimento de energia elétrica	44,0	132,5	- 66,8
(+) Fornecimento não faturado líquido	96,4	92,6	+ 4,1
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	1.002,5	910,5	+ 10,1

2.2 Resultados operacional e financeiro

Receita operacional por segmento (R\$ milhões)	Exercício		
	2023	2022	Var. %
(+) Receita de construção de infraestrutura	939,3	950,7	- 1,2
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	140,3	388,1	- 63,8
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	500,7	446,0	+ 12,3
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	313,1	240,8	+ 30,0
(+) Outras receitas	7,6	(6,5)	-
(=) Receita operacional bruta	11.003,2	10.184,9	+ 8,0
(-) Impostos sobre vendas	2.281,6	2.073,4	+ 10,0
(-) Encargos setoriais	1.156,4	979,6	+ 18,0
(=) Receita operacional líquida	7.565,3	7.131,9	+ 6,1
(-) Receita de construção de infraestrutura	939,3	950,7	- 1,2
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	6.625,9	6.181,2	+ 7,2

* Venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) + Receita de suprimento de energia a outras concessionárias

** Saldo da conta de CVA – formação de ativos e passivos de CVA

Foram determinantes para esse desempenho:

(i) Na rubrica de receita de energia elétrica, o aumento de 29,7% pode ser explicado pelo mercado que cresceu 17,4% quando comparado com o 4T22 e pelo efeito médio da tarifa de + 8,81% devido à revisão tarifária ocorrida em abril de 2023;

(ii) Na rubrica de suprimento de energia, composta pela liquidação de energia no mercado de curto prazo, onde as sobras de energia são valoradas ao PLD, a redução do nível de contratação (diferença entre energia contratada e carga realizada);

(iii) Na receita de fornecimento não faturado, em virtude do crescimento de mercado, a companhia utilizou os créditos de PIS/Cofins constituídos para repassar integralmente a alíquota efetiva do período. Já no 4T22, a alíquota efetiva repassada foi inferior à alíquota efetiva realizada;

(v) A linha de ativo financeiro da concessão – VNR apresentou redução de 28,3% no 4T23 na comparação ao mesmo período do ano passado, devido à menor inflação registrada no período referente à atualização financeira do ativo financeiro.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2023, os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 4.465,8 milhões, resultado 3,8% superior ao mesmo período do ano anterior (R\$ 4.302,7 milhões).

A composição dos custos e despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2023	2022	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	3.189,2	3.184,0	+ 0,2
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	2.615,4	2.665,5	- 1,9
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	573,8	518,5	+ 10,7
2 Custos e despesas controláveis	922,8	832,1	+ 10,9
2.1 PMSO	772,9	650,2	+ 18,9
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	292,2	227,9	+ 28,2
2.1.3 Material	51,1	59,9	- 14,8
2.1.4 Serviços de terceiros	376,1	306,7	+ 22,6
2.1.5 Outras	53,6	55,5	- 3,6
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	9,9	14,8	- 33,2
✓ Outros	43,7	40,7	+ 7,3
2.2 Provisões/Reversões	149,9	182,0	- 17,6
2.2.1 Contingências	26,7	28,5	- 6,1
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	123,2	153,5	- 19,8
3 Demais receitas/despesas	353,9	286,6	+ 23,5
3.1 Amortização e depreciação	278,5	242,1	+ 15,1

2.2 Resultados operacional e financeiro

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2023	2022	Var. %
3.2 Outras receitas/despesas	75,4	44,5	+ 69,3
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	4.465,8	4.302,7	+ 3,8
Custo de construção de infraestrutura ^(*)	939,3	950,7	- 1,2
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	5.405,2	5.253,4	+ 2,9

(*) Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

Os custos e despesas não controláveis apresentaram em linha com o ano anterior, atingindo R\$ 3.189,2 milhões.

Por sua vez, a evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Em 2023, o lucro líquido foi de R\$ 1.397,0 milhões, aumento de 15,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Descrição Valores em R\$ milhões	Exercício			
	2023	2022	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido do período	1.379,0	1.190,7	+ 15,8	188,3
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	265,3	204,1	+ 30,0	61,3
(=) Lucro líquido ajustado	1.113,7	986,6	+ 12,9	127,1

1) No 4T22, os valores atribuídos à "Receita não faturada" representaram reversões contábeis dos efeitos não recorrentes que foram revisados em 2023, resultando na sua eliminação.

O EBITDA totalizou R\$ 2.438,6 milhões em 2023, aumento de 15,0% em relação ao ano anterior.

Descrição Valores em R\$ milhões	Exercício			
	2023	2022	Var. %	Var. R\$
(=) EBITDA	2.438,6	2.120,5	+ 15,0	318,1
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	313,1	240,8	+ 30,0	72,3
(=) EBITDA ajustado	2.125,5	1.879,8	+ 13,1	245,8

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As receitas de venda de energia para os consumidores cativos não são reajustadas por um índice específico e sim, de acordo com a metodologia da ANEEL, refletindo peculiaridades de cada região, como número de consumidores, quilômetros de rede e tamanho do mercado (quantidade de energia atendida por uma determinada infraestrutura), custo da energia comprada, tributos estaduais e outros.

Conforme contrato de concessão da Companhia, o Poder Concedente procederá, a cada 5 anos, as revisões dos valores das tarifas de comercialização de energia, alterando-as para mais ou para menos, de forma a assegurar a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Para este fim, o Poder Concedente deve considerar as alterações na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os níveis de tarifas observados em empresas similares no contexto nacional e internacional, os estímulos à eficiência e a modicidade das tarifas.

Em reunião pública ordinária da diretoria, ocorrida em 04 de abril de 2023, a ANEEL aprovou a Revisão tarifária da Companhia, a ser válido a partir de 08 de abril de 2023.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Os índices de revisão aprovados constam da tabela abaixo:

Níveis de Tensão	Efeito Médio para o Consumidor
Baixa Tensão	9,45%
Alta e Média Tensão	7,29%
Total	8,81%

No processo de Revisão Tarifária Periódica, que consiste na análise e reavaliação dos valores das tarifas repassadas aos consumidores, a Aneel recalcula: (i) os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela distribuidora (Parcela B), (ii) os custos não gerenciáveis (Parcela A), que englobam a energia comprada, o transporte da energia e os encargos setoriais, e (iii) os ajustes financeiros da Parcela A que são atualizados com base na variação de preços verificada nos doze meses anteriores.

A variação nos custos da Parcela A foi de 4,4% (R\$ 246 milhões), totalizando R\$ 4.292 milhões, impactada principalmente pelos aumentos nos encargos e custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia ("PMix") foi definido em R\$ 270,63 /MWh.

A Parcela B, neste processo de revisão, totalizou R\$ 2.713 milhões. A tabela a seguir detalha cada componente da revisão tarifária:

Efeito Médio a ser percebido: (8,81%)	Repasse Variação das Parcelas A e B: (2,53%)	Parcela B	(0,1%)
		Compra de Energia	0,4%
		Encargos Setoriais	1,4%
		Custos de Transmissão	0,8%
	Variação nas Contas de Natureza Financeira: (6,27%)	Retirada dos itens financeiros do processo anterior	5,06%
		Itens Financeiros do processo atual (Parcela A)	1,06%
		Itens Financeiros do processo atual (Parcela B)	0,15%

(c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Eventuais variações no IPCA afetam os contratos de compra de energia e alteram o resultado operacional da Companhia. Além disso, variações nas taxas de juros afetam o seu resultado financeiro.

CDI e TJLP: Parcela considerável às quais as dívidas da Companhia estão indexadas. Na hipótese de elevação das taxas de juros, as despesas financeiras da Companhia também aumentarão, afetando negativamente sua capacidade de pagamento.

Os contratos de fornecimento de energia comprada para revenda pelas distribuidoras estão indexados a índices de preços e são reajustados anualmente. Os serviços contratados de terceiros têm seus preços reajustados nas negociações em função do aumento dos preços dos insumos utilizados em nosso atendimento, tais como: mão-de-obra, equipamentos, material sobressalente, combustível, alimentação, entre outros. Parte do custo com pessoal varia em função do índice de inflação, em virtude dos dissídios salariais.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Não aplicável.

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Não aplicável.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não aplicável, tendo em vista que não foram incluídas opiniões modificadas e ênfases no relatório do auditor referente ao último exercício social.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista que não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, tendo em vista que não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

(c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não houve quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados.

2.5 Medições não contábeis

2.5 Medições não contábeis

(a) informar o valor das medições não contábeis

Descrição	Exercício findo em
	31/12/2023
EBITDA (Em R\$ milhões)	2.438,6
EBITDA ajustado covenants ⁽¹⁾ (Em R\$ milhões)	2.125,5
Margem EBITDA (%)	32,2%
Margem EBITDA ajustado covenants (%)	28,1%

(1) EBITDA com adição de receitas de acréscimos moratórios

(b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Descrição / Valores em R\$ milhões	Exercício findo em
	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	1.379,0
(-) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	292,8
(-) Resultado financeiro	488,3
(-) Amortização e depreciação	278,5
EBITDA	2.438,6
(+) Receitas de acréscimos moratórios ⁽¹⁾	127,8
EBITDA ajustado	2.566,5
Margem EBITDA, sem venda de ativos (%) ⁽²⁾	32,2%
Margem EBITDA ajustado (%)	33,9%
Margem líquida (%) ⁽³⁾	18,2%

(1) Receitas de acréscimos moratórios referem-se a penalidades e juros pagos pelo consumidor pelo atraso no pagamento da conta de energia.

(2) A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida.

(3) A margem líquida é calculada pelo lucro líquido dividido pela receita líquida.

(c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é utilizado como uma medida de desempenho da Companhia, motivo pelo qual a Companhia entende ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. A administração da Companhia acredita que o EBITDA é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento.

2.5 Medições não contábeis

Já o EBITDA Ajustado é uma métrica mais adequada para o serviço de energia elétrica do país, pois este inclui as receitas dos encargos moratórios cobrados dos consumidores, fato corriqueiro entre os consumidores residenciais. Em adição, faz-se a exclusão dos efeitos do resultado de operações descontinuadas de forma a se analisar o EBITDA Ajustado como métrica para a geração de caixa das atividades recorrentes da Companhia.

A Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são métricas de rentabilidade operacional apresentadas como uma porcentagem da receita líquida de suas vendas. Ela é calculada através da divisão do EBITDA ou do EBITDA Ajustado, conforme o caso, pela receita líquida de uma companhia. Podemos dizer que o resultado de margem desse indicador pode fornecer uma visão acerca da lucratividade operacional do seu negócio. O cálculo dessa margem permite ao mercado comparar e contrastar empresas de diferentes tamanhos e modos de operar dentro de uma mesma indústria. Esse indicador implica estimar o quanto resultado operacional é gerado por cada real de receita arrecadado com as vendas.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos, como substitutos do lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou, ainda, como indicador de liquidez. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Ocorreram os seguintes eventos após as últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, cuja emissão foi autorizada em 12 de março de 2024:

- **Emissão de Debêntures**

Em 07 de fevereiro de 2024 a companhia efetuou a 17ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$400.000 com vencimento 15 de fevereiro de 2031 e remuneração de IPCA mais 6,1076% ao ano, os recursos foram disponibilizados em conta corrente em 07 de fevereiro de 2024, os recursos serão destinados para o financiamento futuro do projeto de investimento em infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

- **Dividendos do exercício de 2023**

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de março de 2024, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2023, no montante de R\$316.348, equivalentes a R\$1,44489364016 por ação ordinária e preferencial do capital social. Os pagamentos serão efetuados no dia 12 de abril de 2024, com base na posição acionária do dia 15 de março de 2024, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

2.7 Destinação de resultados

2.7 Destinação de resultados

	2023
Regras sobre retenção de lucros	Após a constituição da reserva legal, equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, os lucros excedentes aos dividendos pagos, conforme regra de distribuição descrita abaixo, são retidos com base em orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, para, principalmente, reinvestimento e quitação de financiamentos.
Valores das retenções de lucros	No exercício findo em 31/12/2023 a Companhia efetuou retenção de lucros com base em orçamento de capital no montante de R\$ 316.347.815,22, além desta, houve a retenção de 5% previsto para reserva legal no montante de R\$ 68.952.200,09 e por último a retenção de lucro referente a reserva de incentivos fiscais no montante de R\$ 275.684.599,36 conforme Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09.
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	47,93%.
Regras sobre distribuição de dividendos	A Companhia distribuirá, entre todas as espécies de suas ações, como dividendo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, as ações preferenciais da Companhia farão jus ao recebimento de dividendos não cumulativos, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias.
Periodicidade das distribuições de dividendos	Os dividendos são pagos entre a data da publicação das demonstrações financeiras e em até 60 dias após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia.
Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei nº 6.404/76, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
Se a Companhia possui política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia está sujeita à Política de Destinação de Resultados da ESA, a qual engloba todo o Grupo Energisa e foi aprovada na reunião do Conselho de Administração da ESA realizada em 12 de setembro de 2019. A referida política está disponível para consulta no link https://ri.energisa.com.br/governanca-corporativa/politicas-e-codigos

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*) , tais como:

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não aplicável, tendo em vista que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (*off balance sheet*).

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (*off balance sheet*).

(iii) contratos de construção não terminada

Não aplicável, tendo em vista que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (*off balance sheet*).

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, tendo em vista que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (*off balance sheet*).

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (*off balance sheet*).

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(b) natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.10 Planos de negócios

2.10 Planos de negócios

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2023	2022	Var. %
Ativo elétrico	952,0	895,8	+ 6,3
Obrigações especiais (*)	113,5	188,0	- 39,6
Ativo não elétrico	43,9	35,8	+ 22,6
Total dos investimentos	1.109,4	1.119,6	- 0,9

(*) As “Obrigações Especiais” são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora

Para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estima investir R\$ 1.222,3 milhões, assim distribuídos:

Ativos Elétricos	Ativos Não-Elétricos	Ativos Próprios Total	Obrigações Especiais (CDE, CCC, Participação Financeira do Consumidor e P&D/PEE)	Total
990,1	70,7	1.060,8	161,5	1.222,3

Os valores acima foram estimados pela administração Companhia e englobam os ativos elétricos e não elétricos próprios, assim como obrigações especiais, especialmente dos segmentos de distribuição, tendo como foco: (i) o programa de universalização de energia elétrica; (ii) atendimento às maiores exigências regulatórias de qualidade e atendimento ao cliente (iii) atendimento de novas cargas e expansão das redes elétricas; (iv) a manutenção e substituição de ativos das redes elétricas; (v) a melhoria da qualidade na prestação de serviços de distribuição; (vi) o combate ao furto de energia; e (vii) o aperfeiçoamento de processos internos e de informática.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia seus projetos de investimento com sua geração própria de caixa e através de linhas de financiamento de bancos comerciais, BNDES e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais. Os investimentos da Companhia e de suas controladas foram realizados com as fontes de financiamento descritas nos itens 2.1(d) e 2.1(f) deste Formulário de Referência. Para os investimentos a serem realizados no futuro, a Companhia pretende utilizar as fontes de financiamento descritas no item 2.1(e) deste Formulário de Referência.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente a sua capacidade produtiva nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

(c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que não há pesquisas de novos produtos e serviços em andamento.

2.10 Planos de negócios

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2023, a Companhia investiu R\$ 2,0 milhões em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento.

(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não houve gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energisa. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua.

Em 2023, a Energisa Mato Grosso destinou cerca R\$ 3,0 milhões para ações de impacto social nas frentes de educação, cultura, esporte, combate à fome e segurança alimentar, entre outras.

Eficiência energética

O projeto Nossa Energia é um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, estimulando o consumo consciente. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por LED, substituição de refrigeradores obsoletos por equipamentos eficientes e realização de palestras sobre o uso racional da energia elétrica.

Iniciativas socioculturais

A Energisa já definiu seus compromissos dos próximos anos pautados pela agenda de desenvolvimento sustentável da ONU, com objetivos já definidos. Um dos pilares desses compromissos é apoiar as manifestações culturais de sua área de atuação. Assim, a Companhia busca incentivar a produção cultural e a preservação da memória nas suas concessões, impulsionando a economia criativa, além de mobilizar projetos e parcerias para contribuir com o desenvolvimento sustentável dos biomas mais frágeis.

Iniciativas ambientais

Apoiada por uma Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, a Energisa Mato Grosso assegura uma convivência responsável com o meio ambiente do entorno das operações, com uso racional dos recursos naturais e melhoria contínua no desempenho ambiental. A empresa conta com uma área de Meio Ambiente, responsável pelos processos de gestão e de licenciamento dos empreendimentos, e utiliza sistema de gestão elaborado com base na norma ISO 14001.

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações com o apoio de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais destacam-se:

Energia: Implantação do Projeto de Consumo Consciente para ampliar a economia de energia. Inclui campanhas destinadas aos colaboradores relativas ao uso consciente, por meio de cartilhas e divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores). Medidas de economia incluem funcionamento de ar-condicionado entre 7h30 e 18h, com temperatura limitada a 20°; desligamento de iluminação de fachadas, letreiros e jardins; sensores de presença em banheiros e vestiários; uso de lâmpadas LED, mais eficientes.

Mudanças climáticas: A Energisa tem como ambição ser protagonista na transformação energética e alcançar a neutralidade nas emissões de carbono até 2050, por meio de investimentos em projetos de eficiência energética, desligamento de usinas termelétricas, priorização de fontes renováveis na comercialização e de ações para a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Por meio do Projeto NetClima, a empresa acompanha as condições climáticas em tempo real, podendo fazer as previsões para preparar o time em regiões que poderão sofrer tempestades.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 2 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (a) se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política

A Companhia está sujeita à Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro de sua controladora, a Energisa S.A. ("ESA"), que foi aprovada pelo Conselho de Administração da ESA em reunião realizada em 11 de maio de 2023 ("Política de Gestão de Riscos Financeiros"). A Política de Gestão de Riscos Financeiros encontra-se disponível para consulta na página de relações com investidores da ESA (<https://ri.energisa.com.br/>) e no site da CVM (<https://gov.br/cvm>).

Adicionalmente, a Companhia sujeita-se ao Manual de Gestão de Riscos da ESA, normativo interno que trata de procedimentos operacionais e de gestão, alinhado aos princípios do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

Entretanto, a ESA e Companhia não possuem uma política formalizada de gerenciamento de riscos.

A Companhia entende que a Política de Gestão de Riscos Financeiros, o Manual de Gestão de Riscos, bem como as demais práticas e normativos internos adotados são suficientes para identificar, mensurar, tratar e monitorar os riscos a que está exposta.

- (b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Companhia atua com base na Política de Gestão de Riscos Financeiros, cujo objetivo é definir as diretrizes do modelo de gerenciamento de riscos decorrentes do mercado financeiro adotado pela Companhia, em conformidade com as melhores práticas internacionais, alinhando objetivos estratégicos, e tratando limites em termos consolidados, de forma a mensurar o somatório dos riscos associados à Companhia e suas sociedades controladas.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros deve ser considerada em conjunto com os demais padrões, normas e procedimentos adotados pela Companhia. Os detalhamentos dos conceitos abordados na Política de Gestão de Riscos Financeiros estão documentados no Manual de Gestão de Riscos; que tem o objetivo de descrever o modelo de gestão de riscos adotado pela Companhia para monitorar suas atividades, sistemas, processos e controles internos.

- (ii) os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para todos os riscos citados no item 4.1 deste Formulário de Referência, através de um planejamento estratégico criterioso de suas atividades, uma governança estruturada, uma gestão voltada para resultados e a constante melhoria dos seus controles internos.

- (ii) os instrumentos utilizados para proteção

Os instrumentos utilizados para proteção englobam o planejamento estratégico como um todo, desde a elaboração de procedimentos internos e controles associados que reduzam as incertezas e garantam a execução plena dos planos de negócios, até a realização de seguros para os riscos que eventualmente não possam ser satisfatoriamente mitigados, passando, necessariamente, pela capacitação do seu quadro de colaboradores, bem como a adoção de políticas e normativos que visem garantir a integridade dos negócios.

A título ilustrativo, podemos citar alguns exemplos de instrumentos que são utilizados pela Companhia, conforme a seguir apresentado:

- **Dificuldade de se obter recursos necessários por meio de suas operações no mercado de capitais ou de financiamento**

A execução da estratégia de investimentos da Companhia depende da disponibilidade de recursos financeiros e um custo de financiamento e prazo atrativo. Cenários macroeconômicos e políticos turbulentos podem afetar a disponibilidade de crédito e afetar a capacidade de investimento da Companhia.

A fim de mitigar os impactos de uma potencial falta de liquidez, a Companhia adota diretrizes que visam assegurar um nível mínimo de caixa, alinhadas com os objetivos estratégicos da Companhia, de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

• Perdas técnicas e/ou perdas comerciais de energia

O combate às perdas de energia é essencial para assegurar um melhor desempenho financeiro e maior controle sobre as fraudes sofridas pelas distribuidoras de energia. A Companhia incentiva a troca de experiências e pretende elaborar um plano de medidas com ações específicas para assegurar maior eficiência no combate a perdas. Entre algumas ações adotadas, destacam-se:

- Internalização da força de trabalho das equipes de combate às perdas comerciais, para alcançar melhor desempenho e maior produtividade;
 - Inspeção em unidades consumidoras;
 - Regularização e blindagem de padrões de medição;
 - Instalação de telemedições nos consumidores do Grupo A, com o principal objetivo de monitorar em tempo real a qualidade e a integridade das medições;
 - Ampliação da atuação do Centro de Inteligência de Controle de Perdas;
 - Parcerias com Secretarias de Segurança Pública;
 - Substituição de medidores obsoletos; e
 - Divulgação nas mídias locais, entre outras.
- **Alterações nas leis, regras, regulamentos e normas aplicáveis às controladas da Companhia, na qualidade de concessionárias de distribuição de energia elétrica**

A presença de um ambiente institucional regulatório robusto permite que o setor elétrico possa se manter atrativo para investidores, com incentivos para o desenvolvimento em condições sustentáveis. Faz parte da premissa da Companhia, considerando suas responsabilidades econômica, social e ambiental, que atue de forma integrada junto ao órgão regulador de forma que minimize os potenciais impactos de alterações na legislação e na área regulatória.

A área regulatória da Companhia atua no sentido de aprimorar a metodologia atualmente vigente. A interlocução se dá por meio de comunicados e da participação ativa em encontros setoriais e discussões de temas regulatórios e políticas públicas na área de energia.

O modelo de gestão regulatória do Grupo Energisa, incorporado pela Companhia, visa a maximização do EBITDA com o aumento da Base de Remuneração Regulatória e controle eficiente de opex e perdas. A gestão regulatória é balanceada com a aplicação eficiente de investimentos nas distribuidoras, com minimização das glosas e baixas do imobilizado. A Companhia busca um patamar eficiente de qualidade de energia (DEC/FEC/compensações) aliado a um nível saudável de custos e despesas operacionais que não impliquem em aumento de perdas e inadimplência.

Algumas medidas recentes em discussão junto à ANEEL têm relação com o tema da sobrecontratação, para compensar o aumento do custo de energia comprada e recompor o reequilíbrio econômico- financeiro dos contratos celebrados.

• Instabilidade na taxa de câmbio

A ESA e suas controladas diretas e indiretas, incluindo a Companhia ("Grupo Energisa") possuem 100% das suas receitas auferidas em território nacional. Entretanto, para aproveitar a liquidez nos mercados externos, com custos de financiamentos e prazos mais atraentes, o Grupo Energisa frequentemente acessa financiamentos em moeda estrangeira amparados pela Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021.

O Grupo Energisa monitora de perto as condições de mercado e trata com mais conservadorismo as emissões futuras, preferindo optar pela emissão de dívidas e swaps "*plain vanilla*", sem a venda de opções, o que também previne que a Companhia fique exposta a riscos elevados decorrentes da oscilação da taxa de câmbio.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O processo de gestão de riscos da Companhia é composto por elementos capazes de identificar, avaliar, monitorar e reportar aos níveis organizacionais aplicáveis quanto aos riscos de negócio inerentes às suas atividades e que afetam seus objetivos estratégicos.

As funções e responsabilidades dos colaboradores envolvidos no processo de gestão de riscos estão definidas no Manual de Gestão de Riscos e são apresentadas abaixo:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Comitê de Gestão de Riscos Decorrentes do Mercado Financeiro

O Comitê de Gestão de Riscos Decorrentes do Mercado Financeiro da ESA, tem o objetivo de garantir a eficácia das ações relacionadas à gestão de riscos decorrentes do mercado financeiro da Companhia e das demais sociedades do Grupo Energisa (“Comitê de Gestão de Riscos de Mercado”), conforme previsto na Política de Gestão de Riscos Financeiros. De acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros, o órgão deve ser composto ao menos por: (i) Vice-Presidente Financeiro da ESA (cargo exercido pelo Diretor Financeiro); (ii) Diretor de Finanças Corporativas da ESA; e (iii) consultor Externo especializado na gestão de riscos, em especial os de caixa e endividamento.

Área de Gestão de Riscos

A atuação da área de gestão de riscos abrange todas as áreas e unidades organizacionais do Grupo Energisa (“Área de Gestão de Riscos”). Neste sentido, estão sujeitos à atuação da Área de Gestão de Riscos quaisquer áreas, unidades organizacionais ou profissionais que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem bens e valores da Companhia.

A Área de Gestão de Riscos reporta-se ao Comitê de Auditoria e Riscos, com vinculação funcional à Vice-Presidência Financeira da ESA. Essa vinculação tem por objetivo proporcionar um posicionamento suficientemente elevado de modo a conferir-lhe independência organizacional e permitir-lhe fiscalizar as áreas, unidades organizacionais e os colaboradores da Companhia com eficiência.

A Área de Gestão de Riscos, em suas atividades técnicas, deve atuar em sintonia com as normas e padrões nacionais e internacionais.

Comitê de Auditoria e Riscos

O Comitê de Auditoria e Riscos acompanha o processo de gestão de riscos, propondo alterações com vistas à melhoria do monitoramento dos riscos aos quais a Companhia e demais sociedades do Grupo Energisa estão expostas e assegura a efetiva divulgação das normas e procedimentos, bem como da realização das ações de controle previstas para os riscos. O Comitê de Auditoria e Riscos atua com independência, autonomia e de acordo com regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração da ESA em reunião do dia 18 de janeiro de 2022, sendo suas principais atribuições explicitadas no referido regimento interno. Os membros do Comitê de Auditoria e Riscos são nomeados pelo Conselho de Administração da ESA.

Gestor de Riscos

O gestor de riscos dissemina a cultura de gerenciamento de riscos e os controles internos associados e assegura a eficiência e eficácia do contínuo processo de gestão de riscos. É responsável pela definição das diretrizes gerais de gestão de riscos, pelo monitoramento e reporte do nível de exposição da Companhia e demais sociedades do Grupo Energisa.

Analista de Riscos

O analista de riscos identifica os riscos e controles contidos nos processos e realiza avaliação qualitativa e quantitativa do processo de avaliação de riscos. Tem como responsabilidades principais o suporte aos usuários-chave na identificação de riscos e mapeamento dos controles internos.

Gestor de Área

O gestor de área garante o mapeamento e o monitoramento dos processos, valida com o usuário-chave os riscos identificados em seus processos sob sua responsabilidade e define a estrutura de controles internos para evitar ou minimizar a materialização dos riscos.

Usuário-chave

O usuário-chave identifica e analisa os riscos inerentes às atividades dos processos, define em conjunto com seu gestor de área a estrutura de controles internos e reporta informações à área de gestão de riscos.

Gestor de tecnologia da informação

O gestor de tecnologia da informação constrói e monitora os bancos de dados necessários para a gestão de riscos e assegura que o sistema para suporte a gestão de riscos tenha a funcionalidade necessária para a eficiência e eficácia do processo. Auxilia também as áreas de negócio no desenho de controles internos automatizados.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de gerenciamento de riscos, a administração e diversos colaboradores da Companhia monitoram e avaliam, por meios que a Companhia considera adequados, a efetividade das políticas, práticas e normativos internos adotados pela Companhia, incluindo a Política de Gestão de Riscos Financeiros e o Manual de Gestão de Riscos.

Conforme mencionado acima, a Área de Gestão de Riscos possui independência organizacional. Neste sentido, resguardada a autonomia da Área de Gestão de Riscos, é prestado apoio aos gestores no fornecimento de informações sobre os resultados dos trabalhos realizados, com a disponibilização, para fins de consulta, dos papéis de trabalho utilizados e/ou produzidos, incluindo os programas e os elementos comprobatórios respectivos, bem como no atendimento das solicitações de trabalhos específicos.

O trabalho de gestão de riscos deve ser executado por profissionais com expertise na área, que tem como princípio avaliar de forma equilibrada as circunstâncias relevantes e apresentar julgamentos sem influência de interesses particulares ou opiniões alheias.

Nesse sentido, a Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos acima descrita é adequada à sua realidade.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 Descrição dos controles internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

O Manual de Gestão de Riscos abrange todas as empresas e processos da Energisa S.A. (“ESA”) e de suas controladas diretas e indiretas, incluindo a Companhia (“Grupo Energisa”), inclusive a elaboração das demonstrações financeiras. A administração da Companhia avalia a eficácia de seus controles internos baseada nos critérios estabelecidos em “Controles Internos – Estrutura Integrada” emitido em 2013 pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

Parte dos sistemas de gerenciamento e controle é desenvolvida internamente pela equipe técnica da Companhia, sendo elaborado de forma customizada, adaptada ao setor de distribuição de energia e as necessidades das empresas integrantes do Grupo Energisa e áreas de concessão. Considerando a totalidade das aplicações utilizadas pela Companhia, todos os processos críticos estão automatizados.

Os sistemas da Companhia são divididos em três frentes: administrativos e financeiros (ADMFIN), técnicos e comerciais (TECCOM) e web e mobilidade (WEBMOB).

Os sistemas financeiros estão descritos abaixo:

- SIADP - Aprovação de Documentos e Pagamentos;
- SIAFI - Administração Financeira; e
- SICPG - Contas a Pagar.

Os sistemas financeiros realizam integrações entre si e com outras aplicações, sendo essas aplicações desenvolvidas internamente ou não. Essas integrações ocorrem por meio de conexões de bancos de dados (SGBD Oracle) do sistema para a aplicação origem/destino, seja para a consulta, seja para a atualização de informações. Abaixo, seguem as integrações dos sistemas financeiros:

- SIACO - Sistemas de acompanhamento orçamentário;
- SICPG - Sistemas de aprovação de pagamentos;
- SIAGO - Sistemas de acompanhamento de obras para o pagamento das notas fiscais das mesmas;
- SIGVC - Integração com sistemas de acompanhamentos de contratos com fornecedores;
- SIJUR - Sistemas de gerenciamento de processos jurídicos;
- SISUP - Sistemas de suprimentos consomem informações de credores e dados bancários;
- SICON - Sistemas contábeis para contabilização do pagamento e provisões;
- SIDAF e MASTERSAF - Sistemas fiscais para a entrega de dados fiscais a receita;
- SIENF - Sistemas de Emissão e entrada de Notas Fiscais;
- SIDAF e MASTERSAF - Sistemas de Geração de Dados Fiscais (obrigações federais, estaduais e municipais);
- ITC - Integração com sistemas de acompanhamento das aplicações;
- ITC - Pagamento provisionado e realizado para conciliação bancária;
- SIFAR - Sistemas de faturamento para a conciliação bancária;
- ITAU HOST-TO-HOST - Integração com sistemas de envio de arquivos criptografados aos bancos;
- ITC - Sistema Integrado de Tesouraria que incorpora procedimentos funcionais de bancos;
- ITC - Integração com sistemas de acompanhamentos de contratos de financiamento;
- SIGRH/Rhevolution Sistemas de recursos humanos para pagamento de planos de saúde, bolsas etc.;
- SIADP - Sistemas de folha de pagamento para aprovação e pagamento da folha; e
- SICPG - Envio de arquivo para pagamento dos seguintes bancos: Itaú, CEF, Bradesco e Banese.

5.2 Descrição dos controles internos

Para os sistemas da frente TECCOM, os sistemas comerciais também foram desenvolvidos internamente, utilizando as mesmas tecnologias descritas acima. Abaixo a lista dos sistemas comerciais:

- SIFAR - Faturamento e arrecadação;
- SIAIF - Inspeções e apurações de fraudes;
- SIATT - Atendimento telefônico;
- SIATE - Atendimento a clientes;
- SIAPO - Acompanhamento dos processos da ouvidoria;
- SICAA - Controle de agentes arrecadadores;
- SICCD - Controle de cheques devolvidos;
- SICCI - Controle e cálculo de indenizações;
- SICCO - Consultas comerciais;
- SICDD - Documentos digitais;
- SICDE - Controle de dados elétricos;
- SICMA - Controle de materiais das agências;
- SICNT - Controle de nível de tensão;
- SICOB - Carteira de cobrança;
- SILCO - Leitura de consumo;
- SIMEC - Medidores de consumo;
- SINED - Negociação de dívida;
- SISEG - Controle de seguros; e
- SIWEB - Serviços Web.

Já para os sistemas técnicos, que também fazem parte da frente TECCOM, o Grupo Energisa tem as soluções abaixo que foram adquiridas de parceiros e estão totalmente integradas aos sistemas da Companhia:

- GIS – Cadastro de ativos;
- SGD – Módulo de operação e cálculo de indicadores;
- SGM – Manutenção de ativos da distribuição; e
- TS – Módulo de operação e cálculo de indicadores.

Os sistemas técnicos e comerciais realizam integrações entre si e com outras aplicações, sendo essas aplicações desenvolvidas internamente ou não. Essas integrações ocorrem por meio de conexões de bancos de dados (SGBD Oracle) do sistema para a aplicação origem/destino, seja para a consulta, seja para a atualização de informações. Abaixo as integrações dos sistemas técnicos e comerciais com outros sistemas/entidades:

- SIJUR - Sistemas de controle de processos jurídicos;
- SIGCO - Sistemas de gestão do capital ótimo;
- SICON - Sistemas de contabilidade;
- SGE - Sistema de acompanhamento da gestão estratégica;
- SGM - Sistemas de manutenção;

5.2 Descrição dos controles internos

- SICEC - Sistema de controle de estoque;
- SIDAF - Sistemas de dados fiscais;
- WMLCO - Sistemas de mobilidade;
- SICAI - Sistema de controle do ativo imobilizado;
- SIADP - Sistema de aprovação de documentos e pagamentos;
- GIS – Cadastro de ativos;
- SGD – Módulo de operação e cálculo de indicadores; e
- TS - Módulo de operação e cálculo de indicadores.

Para todos os sistemas dos três grupos citados acima, utiliza-se um *framework* de segurança que é responsável pelo controle de acesso dos usuários. A parametrização do *framework*, bem como a administração das permissões é feita através do Sistema de Gerenciamento da Segurança de Acesso. Este sistema se baseia nas seguintes premissas:

- a) Nenhuma aplicação consegue acessar as bases de dados senão através do *framework* de segurança (somente ele tem domínio sobre usuário e senha dos bancos);
- b) As permissões de acesso às funcionalidades dos sistemas são concedidas, prioritariamente, a grupos de usuários, conforme o perfil e a função dos usuários; e
- c) Cada sistema tem um usuário-chave, responsável pela inclusão e modificação dos usuários nestes grupos de acesso.

A Companhia estabeleceu os responsáveis por cada sistema para centralizar as atividades relacionadas à administração de usuários e recursos nos ambientes corporativos sob sua responsabilidade (chamado de “usuários-chave”). Além desta responsabilidade, o usuário-chave é responsável por conceder perfis de acesso, aprovar as alterações e manutenções no sistema pelo qual é responsável.

Adicionalmente, a Companhia define, também, o usuário de apoio, que poderá substituir o usuário-chave na administração dos acessos, conforme necessidade.

Periodicamente, empresas independentes são contratadas para auditar o ambiente de tecnologia da informação do Grupo Energisa, incluindo os acessos aos sistemas.

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe constantemente em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

As unidades de negócio da Companhia são estruturadas de forma a permitir o pleno atendimento à legislação. A administração da Companhia é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. No cumprimento dessa responsabilidade, a administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação de procedimentos de controle interno ou de medidas corretivas.

Os órgãos e áreas responsáveis que estão diretamente envolvidos na estrutura de gerenciamento de controles internos estão elencados abaixo.

Compete ao Comitê de Auditoria e Riscos da ESA:

- Aconselhar o Conselho de Administração, na contratação, remuneração retenção, destituição de entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente;
- Avaliar, previamente à análise do Conselho de Administração, as demonstrações contábeis anuais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- Analisar, naquilo que couber, os trabalhos das auditorias independentes e internas;

5.2 Descrição dos controles internos

- Propor ao Conselho de Administração os procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Energisa, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação (Canal de Denúncia);
- Recomendar, à administração, a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- Cumprir outras atribuições determinadas pelo Conselho de Administração; e
- Elaborar a cada trimestre relatório sobre as atividades exercidas.

Dentro de cada Área de Negócio, existe um Gestor e Usuário-chave, que possuem as seguintes responsabilidades:

- Identificar e assumir riscos associados às decisões tomadas;
- Fornecer os recursos necessários para assegurar a descrição da origem de risco, diretriz de controle, definição de aspectos relevantes, descrição e implementação dos planos de ação e monitoramento das operações;
- Observar os limites de tolerância/ apetite validado pela Alta Administração;
- Efetuar o mapeamento dos processos de negócio para identificar a estrutura de controles internos da área para mitigação dos riscos; e
- Enviar as informações à área de Gestão de Riscos para atendimento aos indicadores de riscos.

Na Área de Gestão de Riscos, o Gestor de Riscos possui as seguintes responsabilidades:

- Aplicar a Gestão de Riscos de forma eficiente e aderente aos requerimentos do Grupo Energisa e de órgãos reguladores;
- Coordenar o processo de avaliação de riscos da área, observando a metodologia e o cronograma definidos;
- Estabelecer as políticas de riscos, estrutura de governança, padrões e mecanismos de reporte de informações para facilitar o efetivo gerenciamento integrado de riscos;
- Definir os papéis e responsabilidades no processo de Gestão de Riscos;
- Prover as informações concisas e análises para o Comitê de Riscos para avaliar, analisar e agir nos riscos;
- Desenvolver as estratégias de gerenciamento integrado de riscos;
- Disseminar os conceitos e a cultura de gerenciamento de riscos para todo o Grupo Energisa;
- Definir, em conjunto com o Usuário Chave, Gestor de Processos e Alta Administração, os limites de tolerância e apetite ao risco;
- Reporta ao Comitê de Riscos o andamento do processo de Gestão de Riscos;
- Informa a Alta Administração sobre o nível de riscos ao qual o Grupo e a unidade estão expostos, considerando o apetite definido; e
- Capacita e orienta os demais colaboradores para que estes executem adequadamente suas atividades no processo de Gestão de Riscos.

Na Área de Gestão de Riscos, o Gestor de Riscos, em conjunto com o Especialista de Riscos, possui as seguintes atribuições:

- Revisar a avaliação de riscos, efetuada pelas áreas de negócio;
- Auxiliar na definição de limites de exposição a riscos;
- Certificar-se do adequado funcionamento da Gestão de Riscos;

5.2 Descrição dos controles internos

- Elaborar o questionário de auto-avaliação de capacidade de gerenciamento de riscos do Grupo;
- Auxiliar na definição de ações para mitigação de riscos;
- Atualizar o Portfólio de Riscos, o Modelo de Classificação de Processos e o Modelo de Valor ao Acionista, observando os padrões e objetos definidos na metodologia;
- Realizar o sumário de avaliação de riscos (considerando impacto e vulnerabilidade);
- Elaborar os treinamentos específicos relacionados à Gestão de Riscos;
- Definir os indicadores de risco em conjunto com os gestores;
- Monitorar a adequada conformidade das atividades e processos com as políticas corporativas;
- Monitorar a adoção e manutenção de boas práticas de governança corporativa; e
- Verificar a efetividade dos controles internos através de testes específicos.

A Área de Gestão de Riscos e as Áreas de Negócio (Usuários-chave e Especialista de Riscos) trabalham em conjunto no sentido de assegurar as seguintes atribuições:

- Identificar os riscos que podem ser monitorados considerando o grau de exposição e disponibilidade de informações;
- Quantificar os riscos identificados;
- Definir as estruturas de controles internos necessária para mitigação dos riscos; e
- Atualiza continuamente a documentação da análise de riscos corporativos do Grupo, considerando o vínculo com os processos de negócio, visando reduzir os custos associados a riscos não controlados.

A Área de Tecnologia da Informação possui as seguintes atribuições:

- Auxiliar a área de negócios e a área de gestão de riscos na definição de controles automatizados para otimização dos processos e mitigação de riscos;
- Garantir o desenvolvimento de sistemas que suportem a gestão de riscos;
- Estruturar o banco de dados para a Gestão de Riscos; e
- Implementar as interfaces com os demais sistemas para obtenção dos dados.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

As funções e responsabilidades dos colaboradores envolvidos no processo de gestão de riscos, que inclui a supervisão dos controles internos, são definidas no Manual de Gestão de Riscos, aplicável a todas as companhias do Grupo Energisa, cujo detalhamento é informado no item 5.1 deste Formulário de Referência.

Os principais cargos da alta administração envolvidos na elaboração das demonstrações financeiras são: (i) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; (ii) Diretor Corporativo Contábil Tributário e de Patrimônio; (iii) Assessor Corporativo Contábil de Controle; e (iv) Gerente de Relações com Investidores.

A administração da Companhia entende que o processo de avaliação dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras na extensão necessária para planejar os procedimentos de auditoria é apropriado nas circunstâncias, de forma que os auditores possam emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras. A avaliação é efetuada com o propósito de identificar possíveis deficiências nos controles internos. Anualmente, os auditores independentes emitem carta destinada à administração com os apontamentos dessas deficiências nos controles internos.

5.2 Descrição dos controles internos

- (d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

O Os auditores externos avaliaram os controles internos e enviaram a Administração a Comunicação de Deficiências de Controles Internos apontando deficiências não significativas relacionados a processos a contas a receber, tributos, conciliação de contas, etc e bem como a gestão de acessos a sistemas (TI).

- (e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Administração da Companhia entende que as deficiências nos controles internos apontadas na Comunicação de Deficiências de Controles Internos de 2023 descrito acima não impactaram o parecer dos auditores independentes referentes às demonstrações financeiras do referido exercício social e esclarecem que estão sendo tomadas as medidas específicas para os itens mencionados acima com o intuito de mitigar os riscos existentes e adotar as melhorias sugeridas pelos auditores independentes.

5.3 Programa de integridade

5.3 Programa de integridade

- (a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:
- (i) *os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas*

A Companhia adota o mesmo conjunto de estruturas, procedimentos e práticas de prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos da Energisa S.A. ("ESA"), o qual engloba todas as controladas diretas e indiretas da ESA ("Grupo Energisa"). Tal conjunto inclui, entre outros elementos: (i) Código de Ética e Conduta ("Código de Ética e Conduta"); (iii) Comitê de Ética ("Comitê de Ética"); (iv) Comitê de Auditoria e Riscos ("Comitê de Auditoria"); (v) Política de Operações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses ("Política de Transações com Partes Relacionadas"); (vi) Política de Negociação de Valores Mobiliários ("Política de Negociação"); (vii) gestão de riscos e auditoria, com o mapeamento de processos críticos e de integridade; (viii) auditoria de fornecedores; (ix) auditoria de partes relacionadas; (x) Programa de Integridade; e (xi) canal de denúncias de irregularidade.

Além disso, as práticas de integridade da Companhia prezam pelos seguintes princípios gerais:

- Transparência e ética nos negócios, através de boas práticas de governança corporativa, razão pela qual se disponibiliza aos interessados um canal de denúncias ("Canal de Denúncias"), conforme previsto no Código de Ética e Conduta, para o relato de irregularidades;
- Repúdio à prática de denúncias vazias, irresponsáveis, conspiratórias ou vingativas, e valorização de denúncias quando a pessoa denunciante tenha conhecimento dos fatos, dados ou situações irregulares envolvendo a Companhia;
- A Companhia deve envidar todos os esforços necessários no sentido de apurar a denúncia apresentada, no limite de sua competência e responsabilidade, no menor prazo possível, sem, todavia, assumir, *a priori*, qualquer responsabilidade quanto a eventuais perdas diretas ou indiretas que possam ter sido provocadas pelos fatos narrados na denúncia, salvo os casos de culpa objetiva da respectiva empresa;
- Em linha com os valores, princípios e políticas do Grupo Energisa, em nenhuma instância se pode aplicar represálias contra qualquer pessoa que, de boa fé e sob os parâmetros que regem as práticas de integridade da Companhia, formule uma denúncia;
- Toda informação relacionada a uma denúncia de irregularidade deve ser tratada de forma confidencial e restrita, evitando-se, assim, sua divulgação indevida. O acesso à informação relativa a uma denúncia deve ser limitado às pessoas que diretamente estejam envolvidas com o assunto a que essa informação se referir, as quais devem manter a informação em total sigilo. Todos os documentos relativos a uma denúncia de irregularidade devem receber o título de CONFIDENCIAL;
- Qualquer pessoa que receba por engano uma informação confidencial relativa a uma denúncia de irregularidade não deve divulgar ou copiar a referida informação, por nenhum meio ou forma, bem como deve apagar imediatamente a referida informação, bem como informar tempestivamente a denúncia ao Comitê de Ética;
- Toda informação sobre uma denúncia de irregularidade deve ser centralizada no Comitê de Ética, que é o principal responsável pela condução das apurações, divulgação e comunicação nas esferas e níveis cabíveis;
- A denúncia de irregularidade que possa ser considerada ato ou fato relevante deve ser direcionada ao Diretor de Relações com Investidores, que deve tomar providências para que o significado e importância da denúncia sejam analisados pelo Comitê de Divulgação, de acordo com as regras previstas em seu Regimento Interno;
- É dever de todo cidadão/cidadã denunciar qualquer irregularidade ou violação ao princípio universal da legalidade, razão pela qual as denúncias podem ser feitas por empregados próprios, pessoal terceirizado, clientes, fornecedores de materiais ou serviços, administradores, acionistas ou qualquer outro terceiro interessado; e
- O Canal de Denúncias não deve ser confundido com um serviço do tipo 190 (Polícia) ou de emergência. Em função disso não deve ser usado para relatar eventos que apresentem ameaça imediata à vida ou à propriedade, uma vez que esses eventos podem não receber uma resposta imediata. Se a pessoa interessada precisar de assistência emergencial deve contatar as autoridades constituídas.

5.3 Programa de integridade

Não há exigência formal de reavaliação periódica dos riscos e das práticas de integridade da Companhia.

Todos os documentos mencionados acima podem ser consultados no website de relações com investidores da ESA: <https://ri.energisa.com.br/governanca-corporativa/estatutos-regimentos-politicas-e-codigos/>.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O Comitê de Ética da ESA é o principal responsável pela condução das apurações, divulgação e comunicação de irregularidades nas esferas e níveis cabíveis do Grupo Energisa. O Comitê de Ética da ESA foi aprovado pelo Conselho de Administração da ESA e sua atuação é estendida e aplicável à Companhia e às demais sociedades do Grupo Energisa.

O Comitê de Ética da ESA atua com independência, autonomia e de acordo com regimento interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração da ESA, sendo que suas principais atribuições estão explicitadas no referido regimento interno. Os membros do Comitê de Ética da ESA são nomeados pelo Conselho de Administração da ESA.

Destaca-se, ainda, que o Comitê de Auditoria da ESA é periodicamente informado sobre as atividades do Comitê de Ética da ESA.

(iii) se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia está sujeita ao Código de Ética e Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração da ESA, e que dita regras e políticas relacionadas à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos.

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

As regras, procedimentos e práticas previstas no Código de Ética e Conduta devem ser observadas por todos os colaboradores da Companhia, incluindo membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, bem como por pessoas naturais e/ou jurídicas com quem a Companhia mantenha relação comercial.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Por meio do Código de Ética e de Conduta, a Companhia se compromete a analisar as violações e determinar a adoção de medidas disciplinares de acordo com sua gravidade, utilizando como referência as normas internas do Grupo Energisa. A aplicação de medidas disciplinares é definida pelo Comitê de Ética da ESA, conforme estabelecido em seu regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração da ESA.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A atual versão do Código de Ética e Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração da ESA em 11 de agosto de 2022 e encontra-se disponível para consulta no seguinte endereço: <https://ri.energisa.com.br/governanca-corporativa/estatutos-regimentos-politicas-e-codigos/>.

(b) se a Companhia possui canal de denúncias, indicando, em caso positivo:

A Companhia dispõe de um Canal de Denúncias para receber demandas internas e externas referentes aos seguintes temas principais: (i) infrações ao Código de Ética e Conduta; (ii) qualquer ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração em documentos e registros da Companhia, inclusive contábeis, e nas demonstrações financeiras; (iii) práticas indevidas e contrárias aos normativos legais e estatutários vigentes, registro de transações sem comprovação, omissão dos registros, apropriação indébita de ativos e manipulação de documentos e registros em geral que modifiquem ativos, passivos e resultados da Companhia; (iv) qualquer ação ou omissão pela qual alguém procure obter vantagem direta ou indireta, omitindo um ativo, uma obrigação, ou causando determinada perda a pessoas físicas ou jurídicas; e (v) todo e qualquer fato que requeira a atenção da administração ou possibilite informação distorcida ao mercado, investidores, proprietários, clientes, credores ou qualquer outra parte interessada, no que tange à realidade da Companhia.

5.3 Programa de integridade

(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Companhia e as demais sociedades do Grupo Energisa dispõem de canal de denúncias terceirizado, operado por parceiro externo especializado e de renome nacional.

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Denúncias está disponível para todas as pessoas que queiram fazer algum tipo de denúncia, reclamação ou sugestão, o que engloba colaboradores próprios, terceirizados, clientes, fornecedores, parceiros e o público em geral.

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

Todas as informações relacionadas a uma denúncia de irregularidade são tratadas de forma confidencial e restrita, limitando-se às pessoas que diretamente estejam envolvidas com o assunto a que essa informação se referir, as quais devem manter a informação em total sigilo.

Adicionalmente, em linha com os valores, princípios e políticas do Grupo Energisa, a Companhia não pode, em nenhuma instância, aplicar represálias contra qualquer pessoa que, de boa-fé e sob os parâmetros que regem as práticas de integridade da Companhia, formule uma denúncia.

(iv) órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias

As demandas são analisadas pelo Comitê de Ética da ESA.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais, que sejam do conhecimento da Companhia.

(d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista as práticas e procedimentos descritos neste item 5.3.

5.4 Alterações significativas

5.4 Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia, tampouco alterações na política de gerenciamento de riscos, no último exercício social.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.